



As opções do momento

O sr. José Sarney deve capacitar-se de que as dificuldades da hora presente agravam, mas não eliminam, os problemas com que se defrontou desde 15 de março. Hoje é evidente que terá de transformar sua interinidade — que a Nação e até mesmo s. exa. supunham breve — em período razoável de governo, quando não, premido pela fatalidade, em governo permanente. Em uma ou outra das hipóteses, é evidente a todos que o chefe de governo está psicologicamente tolhido diante dos ministros de Estado, aos quais não tem condições de comunicar sua política, porque a investidura deles nos cargos que ocupam não veio do vice-presidente em exercício, mas do presidente eleito Tancredo Neves. Muito do que está ocorrendo em torno das nomeações de funcionários para segundo e terceiro escalões decorre disso — e muito mais virá, ainda, se s. exa. não se compenetrar de que agora é chegada a hora de governar.

Desde o início, pressentindo a delicadeza do drama que a fatalidade estava construindo, chamamos a atenção de s. exa. para a necessidade de assumir com rapidez suas funções. Então dizíamos com clareza que, cada dia que passasse e a interinidade persistisse, a oligarquia delataria suas raízes no solo burocrático e depois seria difícil limpar o terreno, até porque com a oligarquia vem sempre sua prima-irmã, que é a *Coisa Nossa*. Hoje, a esse perigo soma-se outro, que também já apontamos, o da infiltração de certos grupos no aparelho de Estado, a ele levados ou por ministros que não escondem suas convicções, ou pelo falso respeito humano que próceres da Frente Liberal exibem diante dos que sonham com os cargos e depois pensarão em utilizá-los para afastar a influência dos “retrógrados”, dos “reacionários” e dos “malufistas” — que, estranhamente, apesar do abandono em que o general Figueiredo deixou a candidatura do PDS, começam a aparecer nos lugares que se quer

preencher com os amigos dos “comissionados” e “comissionáveis”.

A palavra de ordem dos que se apóiam na indicação do presidente Tancredo Neves e na hesitação sumamente ética do vice-presidente José Sarney é: “social”. Os militares portugueses, depois da “revolução dos cravos”, preocuparam-se com o “social”. Mitterrand, um pouco mais atilado que os capitães e majores lusitanos, também se deixou arrastar pela gostosa palavra de ordem. É só olhar para as economias de Portugal e da França para ter-se idéia de onde, num regime com 230% de inflação anual, a preocupação com o “social” pode levar o Brasil. Sem se falar na Argentina, país no qual a inflação já chegou a 800% ao ano.

A hora de vencer a timidez e as reservas interiores chegou para o sr. José Sarney. S. exa. não trabalhou para que isso acontecesse, nem nunca desejou que as coisas chegassem onde chegaram, somando ao drama de cada um de nós o da Nação, que está estupefacta e não entende quais são os desígnios da Providência. Não quis, mas o dia chegou. Agora, não pode mais refugiar-se por detrás da ressalva ética; a razão de Estado, como afirmamos duas vezes, impõe que o vice-presidente tenha ampla liberdade de ação e constitua o seu Ministério. Aliás, é preferível que o faça agora, quando ainda tem ampla liberdade de manobra, do que amanhã, quando as pressões, os *lobbies* e outras forças tiverem ditado quais os ministros que devem ficar e aqueles que precisam sair. O ministro Francisco Dornelles, o único que parece disposto a seguir à risca o bom senso do presidente Tancredo Neves e não gastar, não está, agora, sob fogo cerrado?

O Ministério que o vice-presidente Sarney escolherá não agradará a todos. Se favorecer certas correntes do PMDB, terá outras contra ele; se pender para o lado do PFL, todo o PMDB

se voltará contra ele (para não dizer PDT, PT e PTB); se julgar necessário encontrar valores no PDS, será acusado de continuísta. Apesar disso, o vice-presidente deve ter presente que precisa estar surdo a essas reclamações que fatalmente virão. S. exa. deverá saber escolher homens que nesta emergência infundam tranquilidade e respeito à Nação.

Quando a comunidade de negócios norte-americana exerce pressão sobre o presidente Reagan para que ele combata o déficit público, temerosa de que a espiral da dívida interna acabe prejudicando o crescimento previsto da economia norte-americana (menor do que o realizado em 1984), o Ministério Sarney não pode espelhar as correntes nacionalistas que triunfaram com a lei da informática, nem a patriotada consubstanciada na lei sobre as empresas exibidoras de filmes, nem o bomocismo populista que começa a ganhar terreno na administração federal. Se o fizer, não terá o concurso dos capitais externos para retomar o desenvolvimento.

A hora, quando a Nação sente a ausência do presidente Tancredo Neves, é de buscar os grandes valores que ela tem, se for necessário mesmo fora da classe política. O caminho do sr. José Sarney só pode ser esse. Outro que escolha, cedendo às pequenas pressões regionais ou brasilienses, ou palacianas, fará s. exa. perder a oportunidade que a História lhe deu — literalmente falando — de conduzir o País por rumos condizentes com as aspirações de 125 milhões de brasileiros. Se enveredar por caminho em zigue-zague, se tentar experiências para facilitar composições políticas menores no Congresso, s. exa. ter-se-á condenado ao desastre.

As decisões, especialmente quando se as toma em função do Poder, são sempre trágicas. O sr. José Sarney, vice-presidente da República por opção, não pode fugir às escolhas que o momento requer que ele faça!